

A IGREJA DA *LUMEN GENTIUM*  
E  
A IGREJA DA *GAUDIUM ET SPES*

---

*Prof. Dr. Pe. Geraldo Luiz Borges Hackmann*  
FATEO - PUCRS

Início esta exposição sobre a Igreja na *Lumen Gentium* e na *Gaudium et Spes*, com a conclusão do artigo de Dom Boaventura Kloppenburg, perito do Vaticano II, em um artigo publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, no ano passado:

Na verdade, não há, na história da Igreja, Concílio que se lhe compare. Jamais foi tão grande e universal a representação. Jamais, tão variada a contribuição de todas as raças, continentes e culturas. Jamais, tão livre e ampla a discussão dos temas. Jamais, tão facilitada a comunicação exata das idéias. Jamais, tão demorada e minuciosa a preparação. Louvemos ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo!<sup>1</sup>

A *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes* são duas Constituições conciliares de fundamental importância. Indubitavelmente, elas marcaram a vida da Igreja, porque significam uma nova concepção da Igreja em si mesma. É uma nova autoconsciência de Igreja presente nesses dois documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, e, por isso, eles dão expressão ao que este último

---

<sup>1</sup> B. KLOPPENBURG, No quarentenário da *Lumen Gentium*. *Revista Eclesiástica Brasileira*, fasc. 256 (outubro de 2004), p. 835.

Concílio Ecumênico intentou, correspondendo ao objetivo escolhido por João XXIII ao convocá-lo. Com clareza, afirma o Papa João XXIII:

É o prolongamento da Constituição *Lumen Gentium* sobre a Igreja, e representa um esforço para o estabelecimento de diálogo entre a Igreja e o mundo, de maneira autêntica e realista. Em *Lumen Gentium*, a Igreja aprontou-se para falar ao mundo. E vai se tornando cada vez mais claro que, entre a *Lumen Gentium* e esta Constituição, existe uma passagem da preparação para a ação, até a própria ação<sup>2</sup>.

Quando se abordam esses dois documentos, está se falando do espírito do Vaticano II. Já na primeira Sessão, o Concílio foi levado a ser centrado no duplo tema: a Igreja em si mesma e a Igreja no mundo de hoje. Um em decorrência do outro<sup>3</sup>. Não se tratava de uma proclamação de anátemas, mas de uma convocação universal de pessoas e nações, com seus respectivos direitos e deveres; como também não se tratava de fazer uma apologética da Igreja ou uma reivindicação de privilégios, mas, sim, era o caso de se fazer uma prestação de serviços à humanidade toda<sup>4</sup>. Desse modo, a Igreja entra em diálogo com o mundo, e o documento *Gaudium et Spes* é o sinal e o veículo desse diálogo. Esse era o desejo dos dois Papas, João XXIII e Paulo VI, como este último declara no discurso de encerramento da terceira Sessão do Concílio<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> *Apud* M. G. MCGRATH, Notas históricas sobre a Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”. In G. BARAÚNA, *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 137.

<sup>3</sup> M. G. MCGRATH, *op. cit.*, p. 138.

<sup>4</sup> A. AMOROSO LIMA, Visão panorâmica sobre a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In G. BARAÚNA, *op. cit.*, p. 162 e 166.

<sup>5</sup> Cf. E. LORA E B. TESTACCI (a cura), *Enchiridion Vaticanum* v. 1. Bologna: Dehoniane, 1993, p. 193.

Contudo, por ser a pastoral a intenção principal do Vaticano II, não significa que os documentos desse Concílio II não tenham valor doutrinal ou não sejam a afirmação da doutrina da Igreja, professada ao longo dos séculos. Há, sim, ensino doutrinal no Magistério do Vaticano II<sup>6</sup>. Os dois documentos em questão, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*, são Constituições. A primeira, dogmática, e a segunda, pastoral. Com a denominação Constituição, fica clara a intenção do Concílio de também ensinar verdades doutrinárias.

Guilherme Baraúna, na Introdução à conhecida obra sobre a *Gaudium et Spes*, intitulada *A Igreja no mundo de hoje*, assim se expressa sobre a importância desse documento:

*A Gaudium et Spes* é um documento carregado de novidades para a consciência da Igreja. Um desses documentos que, por si só, bastaria para assinalar o Vaticano II e contradistingui-lo de todos os outros Concílios que o precederam. Nele se torna particularmente visível o que aflora, com maior ou menor clareza, em todos os outros documentos do Concílio ideado por João XXIII: que a Igreja aceitou definitivamente o convite – bem antigo aliás – de desinstalar-se de posições seculares e milenárias, admitindo inequivocadamente que uma era completamente nova de sua história acaba de inaugurar-se<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Boaventura Kloppenburg afirma ter sido a intenção do Concílio (*mens Concilii*) ensinar e propor definitivamente doutrinas, apesar de não as ter declarado de modo solene. Como exemplo, cita a infalibilidade dos Bispos, a colegialidade episcopal e a sacramentalidade do Episcopado (cf. B. KLOPPENBURG, *loc. cit.*, p. 832).

<sup>7</sup> G. BARAÚNA (Org.), *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 9.

Esta frase faz uma afirmação correta: a *Gaudium et Spes* representa uma nova consciência para a Igreja e dá início a uma nova era eclesial. Contudo, a mesma observação pode ser feita a respeito da *Lumen Gentium*, porque esses dois documentos representam uma nova autocompreensão da Igreja sobre si mesma, como já foi expresso anteriormente, e uma nova postura diante do mundo. A leitura da *Gaudium et Spes* não pode ser feita desligada de outros documentos, particularmente da *Lumen Gentium*. As duas Constituições formam um “capítulo do Vaticano II”, parafraseando uma afirmação de Baraúna<sup>8</sup>.

Aliás, é sempre mais freqüente e autorizado o reconhecimento da estreita conexão existente entre a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* e a *Lumen Gentium*, que contém, esta, algum dos motivos que representavam como a filigrana da *Gaudium et Spes*. Antes, esta particular intimidade entre os dois documentos remonta a desde quase a origem da preparação da *Gaudium et Spes*, conforme é expressamente lembrado e reconhecido pelo próprio texto conciliar, quando afirma que a assembléia chegou a formular a Constituição pastoral ‘depois de haver investigado de modo mais profundo o mistério da Igreja (n.2)<sup>9</sup>.

Contudo, a *Gaudium et Spes* deve ser lida em conjunto, além da *Lumen Gentium*, com outros documentos conciliares, como a *Sacrosanctum Concilium*, a *Dei Verbum* e a *Unitatis Redintegratio*, que, aliás, muito escassamente foram citados no texto da *Gaudium et Spes*. Guiado por essa certeza, Giuseppe Albe-

---

<sup>8</sup> *Id.*, p. 10.

<sup>9</sup> G. ALBERIGO, A Constituição “Gaudium et Spes” no quadro do Concílio Vaticano II. In G. BARAÚNA, *op. cit.*, p. 172.

rigo assevera que “uma leitura plenária e crítica da mesma só pode ser guiada pela consciência dessa interdependência”<sup>10</sup>.

A *Gaudium et Spes* aborda o problema da relação entre Igreja e mundo. Tal problema já estava na pauta dos debates no campo católico, antes do Concílio, sobretudo em forma de Doutrina Social Cristã, na teologia das realidades terrestres e no tema da *consecratio mundi*. Também se fazia presente no mundo ecumênico, em debates sobre a realidade do mundo, no movimento *Life and Work*, do Conselho Mundial de Igrejas.

As dificuldades que esse tema encontrou, no período preparatório ao Vaticano II, desde a sua convocação, em 1959, é fruto da prevalência de uma eclesiologia de orientação predominantemente jurídico-societária, eclesiologia que constituía, às vezes, de modo inconsciente, a premissa doutrinal da doutrina social cristã. Essa levava a separar questões doutrinárias de doutrina social da Igreja e da relação da Igreja com o Estado, dando a impressão de serem assuntos desligados<sup>11</sup>.

## 1 A Igreja da *Lumen Gentium*

A eclesiologia da *Lumen Gentium* foi objeto de inúmeras reflexões e muitos comentários, tanto no período pós-conciliar, particularmente em 1985, por ocasião do Sínodo Extraordinário de Roma, como no ano passado, pela passagem das celebrações dos quarenta anos de sua promulgação<sup>12</sup>. Por isso, para evitar re-

---

<sup>10</sup> *Id.*, p. 172.

<sup>11</sup> *Id.*, p. 174.

<sup>12</sup> A título de exemplo, podem citar-se alguns trabalhos: B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II* (5 vol.). Petrópolis: Vozes, 1996; G. PHILIPS, A Igreja no mundo de hoje. *Concilium* 6 (junho de 1965), p. 5-18; Y. CONGAR, *Mon journal du Concile*. Paris: Cerf, 2002; G. BARAÚNA, *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965; A. ANTÓN, *Eclesiologia postconciliare: speranze, risultati e prospettive*. In R. LATOURELLE (a cura), *Vaticano II: Bilancio e prospettive venticinque anni dopo (1962-1987)*. Assisi: Cittadella Editrice,

petições desnecessárias, irei citar, aqui, três elementos eclesiológicos presentes nesse importante e rico documento.

O primeiro elemento é a dimensão trinitária. No início de um artigo sobre a Eclesiologia da *Lumen Gentium*, o então Cardeal Ratzinger conta um episódio interessante, capaz de iluminar a intenção do Vaticano II com essa Constituição Dogmática. O Cardeal Frings contava que o Bispo de Regensburg, Dom Michael Buchberger, organizador do *Lexikon für Theologie und Kirche*, quando os Bispos da Alemanha discutiam quais deveriam ser os assuntos a serem abordados durante os trabalhos conciliares, pediu a palavra e disse que o Concílio, antes de tudo, deveria falar de Deus, porque esse era o tema que lhe parecia o mais importante. Os Bispos alemães se sentiram tocados por essa afirmação, e o Cardeal Frings manteve essa preocupação ao longo de todas as Sessões Plenárias do Vaticano II<sup>13</sup>.

Uso esse episódio para abordar a eclesiologia da *Lumen Gentium*. Nessa Constituição Dogmática encontra-se uma nova consciência da Igreja, que supera a auto-suficiência de uma Igreja que se entende como fim em si mesma, e se descobre como a Igreja de Deus, que deve ser sacramento de salvação para o mundo. O primeiro capítulo da *Lumen Gentium*, intitulado *O mistério da Igreja*, sinaliza uma Igreja trinitária, que se origina do mistério de Deus e deve testemunhá-lo ao mundo.

No artigo supracitado, o então Cardeal Ratzinger defende a tese de que o Vaticano II queria claramente inserir o discurso sobre a Igreja no discurso sobre Deus e queria propor, com isso, uma eclesiologia propriamente teológica. Entretanto, a recepção do Concílio esqueceu essa característica qualificante em favor de

---

1987, p. 361-388; M. A. DOS SANTOS (Org.), *Concílio Vaticano II. 40 anos da Lumen Gentium* (Coleção Teologia 27). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

<sup>13</sup> J. RATZINGER, L'eclesiologia della Costituzione Lumen Gentium. In R. FISICHELLA (a cura), *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità alla luce del Giubileo*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2000, p. 66.

simples afirmações eclesiológicas, fazendo retroceder o espírito do Vaticano II<sup>14</sup>.

Como a Igreja é a Igreja de Deus, a *Ekklesia tou Theou*, pode-se afirmá-la como uma Igreja sacramento de salvação (cf. *Lumen Gentium* 1), porque nela está presente o mistério do desígnio salvífico de Deus para a humanidade, como sinal do amor incondicional de Deus pelas pessoas, por ele criadas como um gesto de benevolência de seu dom. Com isso, uma das características da eclesiologia do Vaticano II é a dimensão trinitária da Igreja, que está clara no primeiro capítulo da *Lumen Gentium*.

De modo particular, a *Lumen Gentium* denota a consciência de que a Igreja existe a partir de Cristo e em Cristo. Essa perspectiva cristocêntrica é a culminância do movimento eclesiológico iniciado na Escola teológica de Tubinga, que se expande por meio dos teólogos da Escola Romana no Vaticano I e encontra expressão magisterial na *Mystici Corporis*, do Papa Pio XII, em 1943, e, além disso, frisado por Paulo VI, no seu discurso de abertura da Segunda Sessão<sup>15</sup>.

Com isso, a perspectiva pneumatológica também está presente. Quer dizer que a Igreja, a partir da *Lumen Gentium*, não se pode pensar sem Jesus Cristo e sem o Espírito Santo, como condição para ela produzir frutos. O número 4 retrata muito bem essa consciência, porque a entende como a última determinação da Igreja. A Igreja não existe por si mesma, mas deve ser o instrumento de Deus, para reunir todas as pessoas nele e preparar o momento em que “Deus será tudo em todos” (cf. *1Cor* 15,28). O esquecimento disso converterá a Igreja em mera luta pelo poder e simples oposição de grupos internos, como demonstra o período posterior ao Concílio, pela valorização unilateral da ima-

---

<sup>14</sup> J. RATZINGER, *loc. cit.*, p. 67.

<sup>15</sup> O. GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, A nova consciência da Igreja e seus pressupostos histórico-teológicos. In G. BARAÚNA, *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 281s.

gem bíblica de Povo de Deus, de acordo com o *Relatio finalis* do Sínodo de 1985<sup>16</sup>.

Essa consciência tem duas conseqüências. Uma, a superação de uma eclesiologia jurídica; e a outra, a consciência de uma nova relação com o Reino de Deus e com o mundo.

a) A primeira: sem dúvida alguma, a *Lumen Gentium* significa a superação de uma eclesiologia jurídica<sup>17</sup>. Essa mudança de perspectiva faz com que a Igreja deixe de ser vista horizontalmente e a partir de si mesma, para ser compreendida verticalmente, isto é, a partir de Deus e de sua presença nela. Como conseqüência, ela é o instrumento de Deus no mundo e tem a missão de proclamar a Boa-Nova do Reino de Deus. O que não significa afastamento do mundo, mas o assentamento de sua missão no essencial. Hoje, a Igreja, passados os primeiros anos de indecisão quanto à sua identidade, proclama, por meio do Papa Paulo VI, que, desde as suas origens, passando pelos séculos de sua história, a evangelização é o que a Igreja tem de mais íntimo (cf. *Evangelii Nuntiandi* 15).

A recepção da eclesiologia do Vaticano II, feita pelo Sínodo Extraordinário dos Bispos, de 1985, destacou a eclesiologia de comunhão. Pode-se afirmar que a comunhão não tem um lugar central no Magistério do Vaticano II, contudo, a idéia da comunhão pode servir como síntese dos elementos essenciais da eclesiologia conciliar. O texto da primeira carta de João pode servir de referência para a compreensão cristã correta de comunhão: “O que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo. E isto vos escrevemos para que a nossa alegria seja completa” (*IJo* 1,3-4). A comunhão tem

---

<sup>16</sup> Cf. SÍNODO DE 1985, *Relatio finalis* II, A 3.

<sup>17</sup> A propósito, pode citar-se a conhecida obra de A. ACERBI, *Due ecclesieologie. Eclesiologia giuridica ed ecclesiologia di comunione nella Lumen Gentium*. Bologna: Dehoniane, 1975.



como ponto de partida o encontro com o Filho de Deus, Jesus Cristo, que chega às pessoas pelo anúncio da Igreja. Assim acontece a comunhão com Deus e com a humanidade. O encontro com Cristo cria a comunhão com ele e, portanto, com o Pai no Espírito Santo, e a partir daí une as pessoas entre si. Assim, a palavra comunhão tem um caráter teológico, cristológico, histórico-salvífico e eclesiológico, adquirindo uma dimensão sacramental, expressa pelo conceito da Igreja como sacramento de salvação.

b) A segunda: uma nova relação da Igreja com o Reino de Deus e com o mundo. A Igreja deixa de se identificar com o Reino para ser seu sinal e instrumento, seu germe e início e ter a missão de anunciá-lo e estabelecê-lo em todo o mundo (cf. *Lumen Gentium* 5). Assim, a única Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele, embora fora de seu corpo se encontrem vários elementos de santificação e de verdade (cf. *Lumen Gentium* 8). Aqui não se trata de um relativismo eclesiológico, como se Jesus Cristo não quisesse ter fundado a Igreja ou como se ela tivesse surgido com o processo de perda da tensão escatológica, mas de afirmar seu lugar e seu papel no mundo como subsistência da única Igreja de Jesus Cristo.

De acordo com o então Cardeal Ratzinger, quando o Concílio usa o verbo “subsistir” quer entendê-lo como um caso especial de ser, afirmando que a Igreja de Jesus Cristo, como sujeito concreto neste mundo, se encontra na Igreja Católica. E isso existe apenas uma só vez. É expressão da singularidade da Igreja Católica e não sua multiplicidade. Contudo, não se pode esquecer o drama da divisão eclesial. Embora a única Igreja subsista em um único sujeito, também fora da Igreja existem elementos de verdade e santificação, existindo verdadeiras comunidades eclesiais. Por isso, o esforço do ecumenismo caminha na direção

de reabilitar a unidade perdida pelo pecado humano e a impele ao diálogo com outras tradições e expressões religiosas<sup>18</sup>.

Um segundo elemento se pode acrescentar na busca de identificar a eclesiologia da *Lumen Gentium*. A Igreja da *Lumen Gentium* é um Povo de Deus em busca da santidade. A imagem bíblica de Povo de Deus, preferida à imagem de Corpo de Cristo, destaca a dimensão histórica. De fato, a historicidade da Igreja vem destacada por essa imagem e sua abertura para a história humana, pois a Igreja avança em direção à casa do Pai no mundo e não fora dele. E o Vaticano II não quis ignorar o mundo de então, pelo contrário, entrar em diálogo com o mundo, como, aliás, o demonstra a *Gaudium et Spes*.

Mas é um Povo de Deus santo, e em busca da santidade. Santo, porque Deus torna a Igreja santa, mas, ao mesmo tempo, deve realizar em sua própria vida a santidade de Deus. Por essa razão, ela é *semper reformanda*, de acordo com o penúltimo parágrafo do n. 8 da *Lumen Gentium*. Os capítulos de 3 a 7 demonstram toda uma orientação conciliar: a hierarquia, os leigos, a vocação universal à santidade, os religiosos e a dimensão escatológica da Igreja mostram o objetivo intrínseco da Igreja, o que lhe é essencial: a busca da santidade. A Igreja é chamada a se conformar com Cristo, para, assim, tornar-se instrumento de Deus no mundo. Ser sinal de Deus, clamando para que a humanidade dê espaço para Deus, a fim de que ele possa habitar no mundo e, assim, tornar-se morada de Deus.

O terceiro elemento é a inserção do capítulo da Mariologia no documento sobre a Igreja, o capítulo oitavo, intitulado *A bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja*. Tal inserção não foi fruto do acaso, mas corresponde à orientação presente na Constituição. A relação entre Maria e a Igreja só é possível de ser compreendida enquanto a Mariologia se insere na eclesiologia, enquanto Maria é a imagem

---

<sup>18</sup> Cf. J. RATZINGER, *loc. cit.*, p. 77.

da Igreja. A Igreja é virgem e mãe, concebida sem pecado e carga o peso da história, e já possui uma dimensão escatológica. A Igreja é antecipada em Maria. Ela é a Igreja já realizada, ou ela é aquilo que a Igreja deverá ser um dia, quando terminar seu percurso na terra. Por essa razão, a Mariologia insere-se na eclesio-logia do Vaticano II, para apontar um ideal a ser perseguido pela Igreja. Maria, a Mãe de Deus, é, assim, modelo para a Igreja e mãe da Igreja.

## 2 A Igreja da *Gaudium et Spes*

Inicialmente, uma palavra sobre o tipo de documento. A *Gaudium et Spes* é uma Constituição Pastoral. A classificação demonstra dois objetivos: o doutrinal, por ser uma Constituição, e o pastoral, por ser uma Constituição Pastoral. O pastoral indica, não a ausência de doutrina, mas indica um estilo de relação entre a Igreja e o mundo e uma linguagem dos ensinamentos conciliares. Não há oposição nenhuma entre o doutrinal e o pastoral, pois este é uma dimensão intrínseca da natureza doutrinal do Magistério. O Proêmio demonstra que a exposição doutrinal, da primeira parte, se liga com a índole pastoral, da segunda parte, como esclarece a *Nota 1*:

A Constituição Pastoral ‘A Igreja no mundo de hoje’, formada por duas partes, constitui um todo unitário. É chamada ‘pastoral’, porque, apoiando-se em princípios doutrinários, pretende expor as relações da Igreja com o mundo e os homens de hoje. Assim, nem à primeira parte falta a intenção pastoral, nem à segunda parte a doutrinal. Na primeira parte, a Igreja expõe a sua própria doutrina acerca do homem, do mundo, no qual o homem está integrado e da sua relação para com eles. Na segunda, considera mais expressamente vários aspectos da vida e da sociedade contemporâneas, e sobretudo as questões e os problemas que, nesses domínios, parecem hoje de maior urgência. Daqui resulta que, nesta segunda parte, a matéria, tratada à luz dos princípios

doutrinais, não compreende apenas elementos imutáveis, mas também transitórios.

Aqui prevaleceu a preocupação de apresentar a doutrina da Igreja de modo a responder às exigências do tempo. O Papa João XXIII insistia muito nesta forma, a ponto de afirmar ser necessário “insistir com paciência na sua elaboração”, a fim de apresentar a doutrina de modo que corresponda ao Magistério, cuja primeira característica é o pastoral<sup>19</sup>. Portanto, há o desejo de falar a todas as pessoas, enfrentando os problemas da relação com a modernidade e da delicada relação entre Jesus Cristo, verdade absoluta e universal, e a liberdade de cada pessoa, porque são temas ligados com a natureza missionária da Igreja e com o diálogo com o mundo.

A análise da história do documento demonstra que a *Gaudium et Spes* é um documento que sofreu a exigüidade do tempo, por causa do término do Concílio, e, por isso, não é um texto maduro, apesar das inúmeras riquezas que o documento possui. Contudo, o documento deve ser lido na totalidade do Magistério conciliar, o que ameniza as lacunas do texto<sup>20</sup>. Por essa razão, Giuseppe Alberigo afirma que se deve permanecer dentro do texto para relacioná-lo com o conjunto da obra do Vaticano II, e não adianta nada ficar conjeturando como deveria ter sido o texto.

O exame do número de citações bíblicas, 187 no total do documento, comparando-o com outros documentos – na *Lumen Gentium*, por exemplo, são 399 citações – revela uma “escassa preocupação de partir da Revelação para construir a ossatura e determinar os conteúdos principais da Constituição”<sup>21</sup>. Contudo, apesar de não muitas, não faltaram citações das fontes cristãs

---

<sup>19</sup> *Enchiridion Vaticanum* v. 1, 26-29, 54-55 e 25.

<sup>20</sup> G. BARAÚNA, *A Igreja no mundo de hoje*, p. 9.

<sup>21</sup> A. ALBERIGO, *op. cit.*, p. 179.

fundamentais, como a Bíblia, os Padres, o Magistério e o próprio Vaticano II.

A explicação para tal fenômeno é a prevalência da corrente conciliar que desejava um documento capaz de falar para o mundo de hoje e ser “receptível por ele, mesmo se estranho ao cristianismo”. Daí ter predominado no documento um tom “sociológico-descritivo”<sup>22</sup>, pois essa corrente insistiu, em vista desse fim, em que as citações da Revelação fossem limitadas.

É por isso que a maioria dos teólogos são unânimes em considerar que a *Gaudium et Spes* representa a expressão particularmente significativa de uma atitude da Igreja, a partir do Vaticano II, em relação com o mundo contemporâneo<sup>23</sup>. A categoria do diálogo fornece a chave para a elaboração e para a compreensão do texto. Como tal, ela é a “magna carta” do diálogo entre a Igreja e o mundo<sup>24</sup>. Paulo VI, na *Ecclesiam Suam*, já havia aprofundado essa categoria.

Enfim, havia quem frisasse a necessidade de o Concílio manifestar solenemente a solidariedade da Igreja com as linhas de desenvolvimento e os esforços da humanidade para superar os grandes problemas de hoje: a paz, a fome, a igualdade, e liberdade. Estas três orientações confluíram todas na *Gaudium et Spes*<sup>25</sup>.

Conclui-se que um primeiro dado é a necessidade de situar-se a *Gaudium et Spes* na área da eclesiologia do Magistério

---

<sup>22</sup> Cf. *Id.*, p. 179.

<sup>23</sup> A. SCOLA, *Gaudium et Spes: dialogo e discernimento nella testimonianza della verità*. In R. FISICHELLA, *op. cit.*, p. 83.

<sup>24</sup> É a expressão usada por S. LYONNET, *Il dialogo tra la Chiesa e il mondo. Rileggendo la costituzione Gaudium et Spes*. *La Civiltà Cattolica* 133 (1982/3), p. 105.

<sup>25</sup> A. ALBERIGO, *op. cit.*, p. 178.

doutrinal do Vaticano II. “Com serenidade pode-se dizer que a consciência de um condicionamento eclesiológico da doutrina sobre as relações entre o cristianismo e a história já constituía um fato de notável valor e significação”<sup>26</sup>.

Os elementos que se destacam da eclesiologia da *Gaudium et Spes* estão, logicamente, relacionados com a *Lumen Gentium*. Todavia, podem apontar-se três elementos.

O primeiro elemento é a concepção de Igreja, que situa o documento no âmbito doutrinal. Desde logo, prevaleceu o ponto de vista de que a abordagem dos problemas relativos à natureza da Igreja devia ter um trato proporcional no aprofundamento do interesse cristão no mundo. Na medida em que o debate em torno do documento sobre a Igreja avançava, essa consciência se aprofundava. Os debates sobre os dois primeiros capítulos da *Lumen Gentium* tiveram valor decisivo para o empenho do aprofundamento das relações entre a Igreja e a história, a ponto de a Introdução da *Gaudium et Spes* provar essa afirmação: “Depois de haver investigado de modo mais profundo o mistério da Igreja (...)”. O mesmo encontra-se no início da primeira parte do IV capítulo: “(...) pressuposto tudo o que foi já publicado por este Concílio sobre o mistério da Igreja” (n. 40)<sup>27</sup>.

A alusão ao mistério da Igreja está presente na *Gaudium et Spes*. Esta dá continuidade à *Lumen Gentium* e à *Sacrosanctum Concilium*, nas quais, em seu conteúdo básico, já se encontra formulada uma nova concepção de Igreja. G. Alberigo, a propósito, lembra que *Sacrosanctum Concilium* foi o primeiro documento a ser promulgado e, que, sobretudo em seus primeiros números do primeiro capítulo, já contém a enunciação de princípios teológicos fundamentais formulados com precisão e nitidez.

---

<sup>26</sup> *Id.*, p. 185.

<sup>27</sup> *Id.*, p. 184-188.

A recuperação de uma concepção mais complexa e articulada da Igreja, encaminhada pela *Sacrosanctum Concilium* foi aprofundada sobretudo pela *Lumen Gentium*, ainda que com resultados descontínuos. A Constituição sobre a Igreja retoma e desenvolve os elementos já postos em luz pela *De Liturgia*, aprofundando de modo particular a natureza da Igreja como mistério e como povo de Deus. Ao mistério da Igreja faz referência explícita o n. 40 da *Gaudium et Spes*, num contexto revelador<sup>28</sup>.

O segundo elemento é a relação entre a história da salvação e a história humana. No decorrer de todos os debates sobre a *Gaudium et Spes*, estava presente um problema de ordem dogmática: o da verdadeira natureza da relação entre a Igreja e os valores da criação. Não bastava afirmar o desejo de dialogar com todas as pessoas, escutando seus problemas e angústias e fazendo ouvir o pensamento da Igreja. Era necessário que tudo isso se fizesse à luz da vocação do Povo de Deus. Isso porque a Igreja o faz com a consciência de ser sinal do trabalho misterioso da graça de Deus e de instrumento de salvação. Com essa consciência, a Igreja entra em comunhão ativa com o mundo<sup>29</sup>.

Foi assim possível elaborar uma reflexão sobre a relação entre a história da salvação e a história humana, abandonando definitivamente a tentação da competição com a sociedade civil e respeitando a autonomia da sociedade terrena, enquanto a Igreja dá sua contribuição de acordo com a sua finalidade religiosa e, por isso, ela não é de ordem política, econômica ou social (cf. *Gaudium et Spes* 42 e 72).

Dentro dessa relação com a história é que se pode perceber a relação entre eclesiologia e doutrina social cristã. O Concí-

---

<sup>28</sup> *Id.*, p. 189.

<sup>29</sup> J. M. R. TILLARD, A teologia subjacente à Constituição: a Igreja e os valores terrestres. In G. BARÚNA, *A Igreja no mundo de hoje*, p. 215s.

lio supera uma eclesiologia da sociedade perfeita, *societas perfecta*, e deve pronunciar-se sobre a questão social, dando um salto à frente, por causa dos novos questionamentos impostos pela complexidade da problemática social. Hoje, a nova realidade social é muito mais exigente, pois os problemas só se aguçaram, como demonstram os recentes pronunciamentos do Magistério sobre a questão social.

A *Gaudium et Spes* representa muito mais do que a boa vontade e interesse pelo futuro. Ela é a reformulação de uma teologia cristã que sabe atingir o âmago da problemática histórica, aproveitando todas as riquezas da Revelação. A teologia da pessoa humana e da Igreja que o Vaticano II formulou, oferece a possibilidade de aprofundar suas relações com o mistério da salvação iluminado por Cristo. Ela representa, dessa forma, a avaliação dos problemas sociais na passagem de uma eclesiologia jurídica para uma eclesiologia de comunhão e do desígnio de salvação sobre o mundo. Assim, esse modo renovado de pensar cristão pode contribuir para o progresso espiritual da humanidade<sup>30</sup>.

O terceiro elemento é a missão da Igreja no mundo de hoje. Tal é o título do documento, que, por sua vez, lhe dá o tom e traça o percurso da Igreja no mundo de hoje. A segunda parte da *Gaudium et Spes* propõe um diálogo com o mundo contemporâneo sobre problemas concretos vividos pelos homens e pelas mulheres da época, sob o transfundo, é verdade, de uma nova concepção de Igreja. Ela própria é a propiciadora dessa abertura, que a capacita a ouvir “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as alegrias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (cf. *Gaudium et Spes* 1) e a fazer dela tudo isso.

Como escreve o conhecido teólogo Pe. Chenu, o título do capítulo IV, da primeira parte do documento, retoma o título da própria Constituição: *A missão da Igreja no mundo de hoje*. No

---

<sup>30</sup> Cf. A. ALBERIGO, *op. cit.*, p. 195 e 196.



seu conjunto, a Constituição Pastoral especifica o seu objeto formal, em termos de missão. Na primeira parte, depois de três capítulos sobre a vocação da pessoa humana, sobre a sua dignidade (primeiro capítulo), a comunidade humana (segundo capítulo) e a atividade humana (terceiro capítulo), o documento aborda a missão da Igreja para com o mundo contemporâneo, no qual ele explica as razões da relação da Igreja com o mundo. A intenção fica clara na introdução da primeira parte: “O Povo de Deus e o gênero humano, no qual aquele está inserido, prestam serviço mútuo, manifestando-se, assim, o caráter religioso e, por isso mesmo, profundamente humano da missão da Igreja” (*Gaudium et Spes* 11). Quer dizer que o Povo de Deus é um povo inserido no mundo<sup>31</sup>.

### **3 A Igreja da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et Spes***

Esta terceira parte intenta elencar alguns poucos elementos comuns entre os dois documentos aqui analisados. Em primeiro lugar, constata-se que a Igreja da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et Spes* não apenas se completam, mas ambas são dois momentos da nova consciência eclesial proposta pelo Vaticano II. Sem a consciência trinitária, a Igreja não pode ter uma verdadeira atitude de diálogo com o mundo. Como instrumento de salvação de Deus no mundo, ela se põe a serviço do mundo, não em atitude de superioridade. Essa visão está de acordo com o papel central de Jesus Cristo na sua Igreja. Ele é o centro, e não a Igreja, como já foi afirmado anteriormente.

1. Um primeiro elemento é que a consciência da relação da Igreja com a Trindade como fonte de toda a realidade, mesmo a histórica, e não pela relação de seus membros a um meio visível e criado, dá consciência à Igreja de sua natureza, isto é, de

---

<sup>31</sup> Cf. MARIE-DOMINIQUE CHENU, A missão da Igreja no mundo de hoje. In G. BARAÚNA, *op. cit.*, p. 337-356.

que ela é instrumento de salvação para toda a humanidade e, por isso, entra em comunhão com o mistério humano. Assim, se descortina uma perspectiva nitidamente histórico-salvífica, radicada na consciência de que a Igreja de Deus – *Ekklesia tou Theou* – se origina do coração do Pai pelo Filho e pelo Espírito Santo. Por isso, as duas Constituições são nitidamente cristocêntricas. A. Scolla afirma que a antropologia da *Gaudium et Spes* é uma “antropologia cristocêntrica”<sup>32</sup>, tema largamente desenvolvido na primeira palestra do dia de ontem. Como exemplo, podem citar-se os números 10, 22, 32, 38-39, 40-41, 45 da *Gaudium et Spes*. De modo particular, o número 22, tão freqüentemente referido pelo saudoso Papa João Paulo II, em seus documentos, o qual declara que “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente”.

2. A dimensão pastoral, como intenção geral do Concílio, mas de modo particular, dessas duas Constituições sobre a Igreja. Na *Gaudium et Spes*, a Igreja entra em diálogo e comunhão ativa com o mundo, ressoando, de modo especial, no *aggiornamento* e nos sinais dos tempos. Ela não é apenas sinal, para o mundo, da salvação de Deus, mas faz acontecer a salvação do mundo na história humana, comprometendo-se na transformação das realidades terrenas à luz do desígnio salvífico de Deus. Ela é sinal e instrumento do amor irradiador de Deus de que ela faz a experiência. Há aqui uma totalidade: não há dois desígnios de Deus: um primeiro, o original, que o pecado veio a arruinar, e um segundo, o plano salvador, que pôs na sombra o plano criador, utilizando-o como trama sobre o qual ele faria acontecer as suas maravilhas. Criação e salvação encontram-se no mesmo impulso amoroso de Deus por nós, seres humanos, conduzindo-nos à glorificação pascal. É o mesmo plano de amor de Deus. A redenção é a recapitulação da história humana para reconduzi-la a sua verdadeira fonte.

---

<sup>32</sup> A. SCOLA, *op. cit.*, p. 92.

Isso implica levar a sério o mistério da encarnação. Cirilo de Alexandria<sup>33</sup> lutava contra a tendência de diminuir o significado do mistério da encarnação, entendendo-o como a imersão do mistério do Filho na condição humana. Nesse mesmo sentido, expressa-se Santo Ireneu:

Contudo, o Verbo salvador se tornou aquilo mesmo que era o homem que se perdeu para salvá-lo, operando assim em si mesmo a comunhão com o homem e a sua salvação. O que se perdera tinha carne e sangue, porque foi usando o limo da terra com que Deus plasmou o homem e era justamente por este homem que se devia realizar a economia da vinda do Senhor<sup>34</sup>.

Esta é a missão da Igreja no mundo de hoje. Nada mais atual. O serviço ao mundo, a Igreja o faz em Cristo, e não simplesmente para Cristo ou em seguimento a Cristo ou por Cristo. A passagem a Cristo, realizada por todo o membro do Povo de Deus pelo batismo, e aprofundada pela assembléia inteira na eucaristia dominical, não é só de ordem estática, mas dinâmica, em ordem da vocação para o serviço do Pai. Nesse sentido, pode-se entender a imagem da Igreja como Esposa de Cristo, enquanto é atualização na história de hoje de sua obra de salvação. Para tal, ela é conduzida pelo Espírito Santo. O serviço que a Igreja realiza ao amor do Pai, no poder do Espírito Santo, para esse fim enviado pelo Senhor Jesus, é o de universalizar, ou seja, de catolicizar o dinamismo da comunhão<sup>35</sup>.

3. A dimensão sacramental, que faz unir a história humana e a história da salvação. A Igreja em Jesus Cristo, como sa-

---

<sup>33</sup> In *Sources Chrétiennes* 97, p. 431-433.

<sup>34</sup> IRENEU DE LIÃO, *Adversus Haereses* V, 14:2 (São Paulo: Paulus, 1995), p. 555.

<sup>35</sup> Cf. J. M. R. TILLARD, *op. cit.*, p. 230.

cramento universal de salvação, se vê atingida por esse mesmo dinamismo da recapitulação. Por isso, o *Relatio finalis* do Sínodo de 1985 lê a *Gaudium et Spes* em chave salvífico-sacramental<sup>36</sup>. A Igreja visível torna-se instrumento de Deus para a redenção do mundo. E instrumento como serviço. Assim como Jesus entende e descreve a sua missão, em termos de Servo de Javé, a Igreja também se compreende como serva, isto é, a serviço da salvação do mundo. Ela é servidora. Aí a abertura para os grandes problemas vigentes no mundo de hoje.

Como conclusão geral, percebe-se que os frutos dessas duas Constituições são inegáveis. Bernard Lambert afirma que a *Gaudium et Spes* deu um pujante impulso à vida da Igreja, que se exerceu sobre a evangelização, a cultura, a vida econômico-social e a paz. E ele vai mais além, dizendo, em 1985, que o melhor fruto foi o Papa João Paulo II, porque ele está impregnado desta Constituição Pastoral em suas Encíclicas, em seus discursos, em Roma e todas as partes do mundo, em sua política pastoral e em seus gestos<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> A. SCOLA, *op. cit.*, p. 107.

<sup>37</sup> Cf. B. LAMBERT, “*Gaudium et Spes*” hier et aujourd’hui. *Nouvelle Revue Théologique* 107/3 (1985), p. 321.